

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	21
1. A ERA DA INFORMAÇÃO	25
1.1. Evolução tecnológica e mudanças sociais do século XX	27
1.2. O surgimento da internet	30
1.3. A formação da “Sociedade da Informação”	32
1.4. O desenvolvimento da sociedade de riscos	33
1.5. A configuração de uma sociedade globalizada e digital.....	35
1.6. Criminalidade informática: a incidência na sociedade globali- zada, de risco e da informação: um novo paradigma.....	36
2. INFORMÁTICA JURÍDICA E DIREITO DA INFORMÁTICA	38
2.1. Relações entre o Direito e a Informática	39
2.2. Cibernética, juscibernética e jurimetria	44
3. APROXIMAÇÃO CONCEITUAL DOS CRIMES DIGITAIS	46
3.1. A questão do <i>nomen juris</i>	47
3.2. Sobre bens jurídicos	51
3.2.1. Bens jurídicos peculiares à informática	56
4. CLASSIFICAÇÕES DAS CONDUTAS INCRIMINÁVEIS	59
4.1. Proposta de classificação – tomada de posição	62
4.2. Crimes digitais próprios	63
4.2.1. Acesso não autorizado	64
4.2.2. Obtenção e transferência ilegal de dados	70
4.2.3. Dano informático	71

4.2.4. Dos vírus e sua disseminação	74
4.2.5. Divulgação ou utilização indevida de informações	78
4.2.6. Embaraçamento ao funcionamento de sistemas	81
4.2.7. Engenharia social e <i>phishing</i>	82
4.2.8. Interceptação ilegal de dados.....	86
4.3. Crimes digitais impróprios	87
5. DOS SUJEITOS ATIVOS DOS DELITOS	94
5.1. Os <i>hackers</i>	95
5.2. Os <i>crackers</i>	96
5.3. Os <i>carders</i>	96
5.4. Os <i>lammers</i>	97
5.5. Os <i>wannabes</i>	97
5.6. Os <i>phreakers</i>	97
5.7. Os <i>white</i> e <i>black hats</i>	97
6. OUTROS PARADIGMAS DO DIREITO PENAL	99
6.1. Da Teoria da Imputação Objetiva	101
6.1.1. Da autocolocação da vítima em perigo nos crimes di- gitais.....	105
6.2. Da responsabilidade penal dos provedores.....	109
6.3. Dos Direitos de Intervenção e de Velocidades como respos- tas penais	110
6.4. Da repulsa a ataques e incidentes no âmbito virtual	112
6.5. Do tempo e lugar dos crimes: questões sobre o ciberespaço....	117
7. DIRETIVAS INTERNACIONAIS E DIREITO ESTRAN- GEIRO	120
7.1. OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	120
7.2. Conselho da Europa.....	122
7.2.1. A Recomendação R(81) 12.....	122
7.2.2. A Recomendação R(89) 9.....	123
7.2.3. A Recomendação R(95) 13.....	124
7.3. ONU – Organização das Nações Unidas	125
7.4. AIDP – Associação Internacional de Direito Penal	129

7.5. A Comunidade Europeia	130
7.6. A Convenção de Budapeste (ETS 185)	131
7.7. O Protocolo Adicional à Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime: racismo e xenofobia cometidos por sistemas computacionais (ETS 189)	132
7.8. Do Direito Estrangeiro.....	134
7.8.1. As principais evoluções no tratamento legislativo dos crimes digitais.....	134
7.8.2. Espanha.....	136
7.8.3. Portugal	138
7.8.4. França	141
7.8.5. Itália.....	143
7.8.6. Alemanha	144
7.8.7. Holanda	147
7.8.8. Reino Unido	148
7.8.9. Chile.....	149
7.8.10. Argentina.....	150
7.8.11. México	153
7.8.12. Japão	153
7.8.13. Estados Unidos.....	154
8. SÍNTESE DAS DIRETIVAS PARA O TRATAMENTO PENAL DA INFORMÁTICA.....	156
9. PROPOSTAS LEGISLATIVAS	161
CONCLUSÕES	171
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXO I – GLOSSÁRIO	191
ANEXO II – CONVENÇÃO DE BUDAPESTE SOBRE CIBER- CRIMES	202
ANEXO III – PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME, RELATIVA À CRIMINALIZA- ÇÃO DE ATOS DE NATUREZA RACISTA E XENÓFO- BA PRATICADOS ATRAVÉS DE SISTEMAS DE COM- PUTADOR.....	234